CARTA DE MISSÃO¹

CARACTERIZAÇÃO GERAL

Ministério: Finanças

Serviço/Organismo: Autoridade Tributária e Aduaneira

Cargo: Subdiretor geral da área da Relação como Contribuinte

Período de comissão de serviço: 5 (cinco) anos

MISSÃO

A autoridade Tributária e Aduaneira, abreviadamente designada por AT, tem por missão administrar os impostos, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe sejam atribuídos, bem como exercer o controlo da fronteira externa da União Europeia e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de proteção da sociedade.

PRINCIPAIS SERVIÇOS PRESTADOS

- Assegurar a liquidação e cobrança dos impostos sobre o rendimento, sobre o património, sobre o consumo, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe incumbe administrar;
- Cobrar outras receitas do Estado ou pessoas coletivas de direito público;
- Exercer a ação de inspeção tributária, garantir a aplicação das normas a que se encontram sujeitas as mercadorias introduzidas no território da União Europeia e efetuar os controlos relativos à entrada, saída e circulação das mercadorias no território nacional, prevenindo e combatendo a fraude e evasão fiscais e aduaneiras e os tráficos ilícitos;
- Assegurar a negociação técnica e executar os acordos e convenções internacionais em matéria tributária, cooperar com organismos europeus e outras administrações tributárias, e participar nos trabalhos de organismos europeus e internacionais especializados no seu domínio de atividade;
- Promover a correta aplicação da legislação e das decisões administrativas relacionadas com as suas atribuições e propor as medidas de carácter normativo, técnico e organizacional que se revelem adequadas;
- Desenvolver e gerir as infraestruturas, equipamentos e tecnologias da informação necessários à prossecução das suas atribuições, à prestação de apoio, esclarecimento e serviços de qualidade aos contribuintes;
- Realizar e promover a investigação técnica e científica no domínio tributário e aduaneiro, tendo em vista o aperfeiçoamento das medidas legais e administrativas em matéria tributária e aduaneira, a qualificação permanente dos recursos humanos, bem como o necessário apoio ao Governo na definição da política fiscal e aduaneira;
- Informar os contribuintes e os operadores sobre as respetivas obrigações fiscais e aduaneiras e apoiá-los no cumprimento das mesmas;

¹A carta de missão deve ser elaborada nos termos definidos no n.º 3 do artigo 18.º e no n.º 1 e n.º 2 do artigo 19.º-A do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro).

- Assegurar o controlo da fronteira externa da União Europeia e o licenciamento do comércio externo dos produtos tipificados em legislação especial e gerir s regimes restritivos do respetivo comércio externo;
- Exercer a ação de justiça tributária e assegurar a representação da Fazenda Pública junto dos órgãos judiciais.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

O enquadramento estratégico da atuação da AT para o quinquénio 2015-2019 encontra-se definido no Plano Estratégico da AT 2015-2019, instrumento de gestão que assegura a coerência e articulação das estratégias plurianuais com os programas, planos e iniciativas e reforça uma avaliação contínua do desempenho da AT. O Plano Estratégico 2015-2019 estabelece os seguintes objetivos estratégicos para cumprimento da missão da AT.

OBJETIVO 1. Garantir a eficácia na gestão e cobrança fiscal e aduaneira, visando a minimização do tax gap

Estratégias

- 1.1 Assegurar uma cobrança de receitas eficiente e fomentar a cobrança voluntária
- 1.2 Reforçar o combate à fraude e evasão fiscal e aduaneira e à economia paralela
- 1.3 Garantir a proteção dos interesses financeiros da União Europeia

OBJETIVO 2. Melhorar o serviço prestado aos contribuintes e operadores económicos, facilitando o cumprimento voluntário e apoiando a competitividade económica

Estratégias

- 2.1 Fortalecer a relação com o contribuinte
- 2.2 Contribuir para a simplificação e a eficiência do ordenamento jurídico-tributário português
- 2.3 Otimizar o equilíbrio entre a facilitação e o controlo do comércio internacional

OBJETIVO 3. Reestruturar e flexibilizar a organização tendo em vista a sua adequação à evolução constante do contexto envolvente

Estratégias

- 3.1. Reformular as estruturas organizativas e os processos de funcionamento da AT
- 3.2 Qualificar e valorizar os recursos humanos, e otimizar a gestão da organização
- 3.3 Potenciar e reforçar a utilização das tecnologias de informação

OBJETIVO 4. Reforçar a cooperação nacional e internacional a nível fiscal e aduaneiro e garantir a proteção nacional e da União Europeia

Estratégias

- 4.1 Promover a concretização de acordos internacionais, designadamente as Convenções para evitar a Dupla Tributação
- 4.2 Participar ativamente nas organizações nacionais, comunitárias e internacionais, e promover a cooperação técnica a nível fiscal e aduaneira
- 4.3 Contribuir para a proteção e segurança nacional e da União Europeia

OBJETIVOS A ATINGIR

Atenta a importância estratégica da área da Relação com o Contribuinte, e a necessidade de se proceder à criação de um Serviço de Apoio e Defesa do Contribuinte, o que implica uma

reorganização da anterior área do Planeamento, Organização e Comunicação da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e red denominação da mesma para área da Relação com o Contribuinte, serão atribuições desta área da AT, na prossecução dos objetivos estratégicos fixados no Plano Estratégico da AT 2015-2019:

- Assegurar a elaboração e divulgação dos instrumentos de gestão, controlar a sua execução e fomentar a implementação de iniciativas que visem a melhoria contínua do desempenho e da qualidade da AT;

- Assegurar a divulgação de informação com relevância tributária e aduaneira, bem como desenvolver as políticas de comunicação da AT tendo em vista, nomeadamente, a promoção da confiança, da mobilização e do acesso ao conhecimento.

Para alcançar os objetivos consagrados no Plano Estratégico da AT 2015-2019, a área da Relação como Contribuinte deverá orientar a sua atuação no sentido de:

- **Garantir a eficácia na gestão e cobrança fiscal e aduaneira, visando a minimização do tax gap (OB1)**, importando neste âmbito proceder à implementação de estratégias direcionadas para o constante aumento dos níveis de cumprimento voluntário, por um lado, apoiando e facilitando o cumprimento e, por outro lado, reduzindo as oportunidades de evasão fiscal e aduaneira e melhorando a eficiência da AT. O reforço do serviço de apoio prestado ao contribuinte constitui uma ferramenta fundamental para ajudar os contribuintes a evitar erros não intencionais. O fornecimento de apoio e informação clara e precisa em momento anterior ao do cumprimento das obrigações fiscais aduaneiras reduz a necessidade de contactos posteriores, possibilitando que a AT dirija os seus recursos inspetivos e sancionatórios para os contribuintes que intencionalmente não cumprem as suas obrigações.

- **Melhorar o serviço prestado aos contribuintes e operadores económicos, facilitando o cumprimento voluntário e apoiando a competitividade económica (OB2)**, objetivo que se centrará sobretudo nesta área de Relação como Contribuinte, que deverá procurar:

a) Fortalecer a relação com o contribuinte

O reforço do apoio e a promoção do cumprimento voluntário é uma das principais linhas estratégicas de atuação da AT no próximo quinquénio. Neste contexto, a AT aposta no contato com os contribuintes por sua própria iniciativa, fomentando, promovendo, divulgando e incentivando o cumprimento voluntário das obrigações tributárias

b) Contribuir para a simplificação e a eficiência do ordenamento jurídico-tributário português, importando nesta sede proceder à identificação de medidas de simplificação administrativa e legislativa relativamente ao sistema fiscal português, efetuando as competentes propostas de alteração legislativa.

- **Reestruturar e flexibilizar a organização tendo em vista a sua adequação à evolução constante do contexto envolvente (OB3)**, onde se revela fundamental criar um ambiente laboral onde se promovam novas formas de organização do trabalho e a qualificação técnica dos recursos humanos em ordem a garantir a antecipação das tendências e as dinâmicas próprias do desenvolvimento do conhecimento e da atividade económica.

Neste sentido, a generalização de métodos de trabalho que integrem soluções tecnológicas inovadoras e tenham como objetivo a redução dos custos de cumprimento das obrigações tributárias, assumem-se como prioridades da gestão.

RECURSOS NECESSÁRIOS

--

OUTROS

--

Lisboa,

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

António Mendonça Mendes